

TOMÁS DE AQUINO. *Comentário ao Sobre a interpretação de Aristóteles*. Trad. e ed. Paulo Faitanin; Bernardo Veiga. Campinas-SP: Vide Editorial, 2018, 196p. ISBN: 978-85-9507-040-0.

A presente edição do comentário de São Tomás de Aquino ao *De interpretatione* (Περὶ Ἑρμηνείας) de Aristóteles é bastante oportuna para os dias atuais: em primeiro lugar, para melhor compreensão do árduo texto do Estagirita; em segundo lugar, para enfatizar a necessidade de calcar a filosofia da linguagem em seus fundamentos.

A clareza da pena do Aquinate traz relevantes intuições a respeito de uma das mais importantes obras de Aristóteles, além de “uma das mais influentes da história do pensamento ocidental” (p. 21), embora o livro contenha “muitas passagens obscuras”, conforme aponta o próprio Autor em sua dedicatória (p. 35). A edição é relativamente bem curada e atende às expectativas propostas.

A obra é apresentada pelos próprios editores. Segundo eles, “a intenção é divulgar [o texto] não só entre o público acadêmico, mas entre os diversos admiradores do aristotelismo e do tomismo” (p. 7). Recordam que *Comentário ao “Sobre a interpretação”* é obra autêntica e produzida entre os anos 1270-1271. Infelizmente, o Doutor Angélico não conseguiu concluir o comentário, interrompendo-o no início do capítulo 10 do texto aristotélico (livro II no texto tomasiano). A obra é dedicada

ao “prepósito de Lovaina” (identificado com Guilherme de Berthout).

Como esclarecem Faitanin e Veiga, “o método tomasiano de comentar é inovador” (p. 9), pois não adota a paráfrase, comum na Escolástica do século XIII, mas sim o modo de lição [*lectio*].

É notório que os tradutores enfatizam mais a literalidade na tradução, cotejando várias versões para outros idiomas. A apresentação ainda traz um resumo de cada uma das 17 lições contidas na divisão da presente obra.

A introdução é assinada por Diogo Gurgel, professor do departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Nela, o acadêmico sintetiza alguns dos temas debatidos, tais como: “a relações entre coisa, paixões da alma e palavras, a natureza da enunciação e das relações lógicas entre enunciações simples [...], pretensões de verdade e de objetividade” (p. 21). Com razão, comenta: “Aqui, lógica, semântica, epistemologia, ontologia e psicologia se tangem e se interpenetram” (p. 22). Gurgel divide o ensaio introdutório em quatro partes: 1) predicação; 2) verdade; 3) modalidade; 4) paixões da alma.

A seguir serão ressaltados alguns assuntos da obra, que julgamos mais relevantes.

A dedicatória da obra do Aquinate é dirigida, como já se mencionou, ao prepósito de Lovaina, desejando-lhe “aumento da verdadeira sabedoria”, aconselhando-o a não buscar “a vaidade, mas o estudo da sabedoria” e que a obra possa “ajudar [a ele] a fazer progressos”, o que será “um estímulo para maiores favores” (p. 35). Como se sabe, boa parte das obras tomasianas tem origem em requisições ou consultas por parte do mais variado tipo de público.

No próêmio se encontra o cerne da abordagem do Autor, ao explicar os três atos da inteligência: simples apreensão (ou intelecção dos indivisíveis), juízo (que compõe e divide) e o raciocínio que procede do conhecido ao desconhecido. Define ainda a lógica como “ciência racional” que versa precisamente sobre essas três operações. Ora, a primeira operação é tratada no livro das *Categorias*, ao passo que a segunda operação é o objeto próprio desta obra *Sobre a interpretação*.

Interpretação é entendida, na esteira de Boécio, como “voz significativa que significa algo por si” (p. 38). Vozes naturais (sem uma instituição artificial humana) ou de animais irracionais não são objeto de interpretação, pois “quem interpreta pretende expor algo” (idem). E continua: “O nome e o verbo, no entanto, parecem ser antes princípios de interpretação do que interpretações. Com efeito, aquele que interpreta parece explicar algo que é verdadeiro ou falso. Portanto, somente a oração enunciativa

na qual a verdade ou a falsidade é encontrada é chamada interpretação” (idem). Ademais, o Aquinate deixa claro que essa obra se enquadra nos assuntos pertencentes à lógica.

A lição I versa sobre a “oração simples e suas partes”. O próêmio de Aristóteles é encontrado em cada uma das seções do livro: “Primeiro se deve expor o que é o nome e o que é o verbo e, depois, o que é a negação e o que é a afirmação, a enunciação e a oração” (16a1-2, cit. in p. 41). Ora, “toda ciência começa tratando de cada um dos princípios [...] deve-se começar tratando da enunciação e das suas partes” (p. 42). Os nomes, que são abordados no livro das *Categorias* como simples intelecções, aqui serão apresentados como partes de uma enunciação, que necessita apenas um nome e um verbo. Em seguida, trata sobre a intenção da enunciação, a saber, a negação ou a afirmação. Por fim, comenta que a voz enquanto tal é algo natural e por isso pertencente à filosofia natural.

A lição 2 discorre sobre a significação das vozes. Há aqui uma observação quanto à tradução. Sabemos que Aristóteles distinguia no livro *De interpretatione* os termos σύμβολον (símbolo) e σημεῖον (signo/sinal). Contudo, a versão latina de Boécio traduziu ambas expressões por *notae* (Guilherme de Moerbeke é mais fiel ao original, ao traduzir por *symbola* e *signa*), levando os tradutores desta edição portuguesa a traduzirem a

primeira expressão: “as coisas que estão na voz são *notas* (σύμβολον; no latim: *notae*) das paixões que estão na alma” e na segunda: “as paixões da alma, das quais [as letras e vozes] são os primeiros *sinais* evidentes, são as mesmas para todos” (p. 47-48). Por coerência, seria necessário traduzir ambas expressões por *notas* (correspondendo ao original latino de Boécio) ou a primeira por *simbolos* e a segunda por *sinais* (para se conformar ao original de Aristóteles e à posterior correção de Moerbeke).

A seguir me permito citar uma das passagens mais importantes da obra: “Se o homem fosse por natureza um animal solitário, as paixões da alma, pelas quais ele estaria conformado às coisas de modo a ter conhecimento delas, seriam suficientes para ele. Mas, porque o homem é um animal naturalmente político e social, foi necessário que as concepções do homem fossem dadas a conhecer aos outros, o que se faz pela voz. E, por isso, foi necessário haver vozes significativas, para que os homens convivessem entre si. Por isso, aqueles que são de línguas diversas não podem conviver bem entre si” (p. 49). Pois bem, aqui se encontra uma das bases para a justificação do instinto de socialização, cujas ideias são também encontradas no comentário à *Política* de Aristóteles. Em outras palavras, sendo o homem um ser político e, portanto, civil (no sentido daquele que vive em uma “cidade”), é necessário que ele se utilize de um veículo de comunicação – a linguagem –

para que possa viver em concórdia com os demais.

Outro dado muito relevante encontra-se no parágrafo seguinte: “Se o homem só usasse o conhecimento sensitivo, que se refere apenas ao aqui e agora, seria suficiente para conviver com os outros a voz significativa, assim como também os outros animais que manifestam seus conhecimentos entre si por certas vozes. Mas, porque o homem também faz uso do conhecimento intelectual, que abstrai do aqui e agora, segue-se que ele é solícito não só com as coisas presentes segundo o lugar e o tempo, mas também com estas coisas que distam segundo o lugar e são futuras segundo o tempo. Por isso, o uso da escrita foi necessário para que o homem pudesse manifestar seus conhecimentos aos que estão distantes segundo o lugar e para aqueles que virão no tempo futuro” (p. 49-50). Tal trecho também traz importantes intuições no âmbito da Filosofia da Linguagem e da Epistemologia.

Como o conhecimento sensitivo se volta para os particulares e para as coisas concretas do *hic et nunc* (aqui e agora), ele é comparado ao conhecimento e à comunicação dos animais, que também se utilizam de certas vozes como veículo de interação. Os homens têm ainda a capacidade de se utilizarem da abstração para universalizar e predicar um mesmo termo a muitos indivíduos, por meio da linguagem humana, não apenas através do veículo sonoro, mas outrossim por meio da escrita, que

supera os limites do espaço e tempo. A questão é que a voz é algo natural, ao passo que “o nome e o verbo significam a partir da instituição humana” (p. 51). O gemido dos enfermos seria uma forma de expressão puramente natural e, portanto, sem instituição humana (através de idiomas específicos). Enfim, “as vozes significam imediatamente as concepções do intelecto e as coisas por meio delas” (p. 51-52), ou seja, “as coisas que estão na voz são sinais das paixões da alma, assim como as letras são sinais da voz” (p. 52).

Além disso, “nem as vozes nem as letras naturalmente significam. Com efeito, as coisas que naturalmente significam são as mesmas para todos. Contudo, a significação das letras e das vozes, das quais tratamos agora, não é a mesma para todos” (p. 53). Em outras palavras: “Assim como as letras, também as vozes não significam naturalmente, mas por instituição humana. Contudo, as vozes que naturalmente significam, como o gemido dos doentes e outras coisas semelhantes, são as mesmas para todos” (p. 54). Por isso, na lição terceira explícita que “as concepções do intelecto são preâmbulos das vozes, que são proferidas para expressá-las” (p. 58).

Em seguida, distingue a dupla operação do intelecto. Na simples intelecção (ou apreensão), não há verdadeiro ou falso, mas apenas na composição e na divisão (juízo), ou seja, apenas quando o intelecto afirma ou nega algo (“homem”, por exemplo,

não é nem verdadeiro nem falso). Sem embargo, o juízo sempre necessita de uma resolução aos indivisíveis. A composição e a divisão são sempre comparações (entre sujeito e predicado). Entretanto, como o ente e o verdadeiro são conversíveis – e aquilo que o intelecto em primeiro lugar concebe é o ente –, podemos dizer, de certa forma, que já existe verdade neste primeiro ato. Seja como for, os sentidos, no que lhes é próprio, não podem errar (o olho só pode ver, mas não pode ouvir). Contudo, sendo a verdade o “bem do intelecto” (p. 61), faz-se necessário que a ele se relacione. Antes, “o intelecto se diz verdadeiro segundo se conforma com a coisa, mas falso segundo discorda da coisa” (idem).

Pela verdade ontológica, uma coisa é chamada “verdadeira” de acordo com a mente do artista, da mesma maneira que podemos denominar o ouro de verdadeiro ou falso (sendo, por outro lado, verdadeiro cobre). Desse modo, “assim como uma coisa é dita verdadeira em comparação com a sua medida, assim também ocorre com o sentido ou com o intelecto, cuja medida é a coisa fora da alma” (p. 62). Por outro lado, *stricto sensu*, “só o intelecto pode conhecer a verdade”; por isso “a verdade está só na mente, a saber, como no que conhece a verdade” (p. 63). As vozes serão verdadeiras se indicam a verdade; se não, falsas. Por fim, pontua-se que os nomes compostos indicam conceitos simples.

A lição 4 diz respeito ao nome, o que, segundo Aristóteles, é “uma voz significativa por convenção, sem tempo e nenhuma parte sua separada é significativa” (16a19-20, cit. in p. 67). Ou seja, “o nome é por convenção, porque nada é um nome por natureza” (16a27-28, cit. in p. 68).

São Tomás, em seu comentário, reforça a necessidade de qualquer ciência recorrer antes a seus (primeiros) princípios. Por isso, inicia aqui pelos princípios da enunciação para então versar sobre a enunciação em si. Nome é uma voz significativa, pois é possível conceber vozes articuladas, mas não significativas (ou seja, por meio de um conjunto silábico sem qualquer significado, como o exemplo clássico de origem boeciana: “*biltris*”, que em si nada significa) ou simplesmente não articuladas, como um assobio feito a esmo (*sibilus pro nichilo factus*).

Em seguida, o Doutor Comum comenta: “Como a voz é uma coisa natural, ao passo que um nome não é natural, mas instituído por homens, parece que Aristóteles não deveria ter colocado a voz, que é por natureza, no gênero do nome, mas antes como um sinal, que é por instituição; como se dissesse que o nome é um sinal vocal” (p. 71).

Outras características do nome são: instituição por uma convenção artificial entre os homens (variável de acordo com cada idioma); é atemporal, como a substância, que não é medida pelo

tempo; nenhuma de suas partes separada é significativa (ou seja, a significação se dá pela conjunção completa das sílabas). A esse respeito, São Tomás está atento ao fato de que nem sempre as partes de uma palavra, em base à etimologia, significam exatamente o conceito da coisa. Por outro lado, nenhum nome propriamente se extrai da natureza, mas sim por instituição, em divergência ao que acontece entre os animais. Além disso, uma mesma coisa pode ser significada por diversos nomes. Aristóteles distingue o verbo do nome, pois aquele *significa com o tempo*. Entretanto, “os verbos do modo infinitivo, quando são postos no sujeito, têm forma de nome” (p. 81).

O Aquinate comenta ainda sobre a oração: “A significação de oração difere da significação de nome e de verbo, porque o nome ou o verbo significa a simples apreensão, porém a oração significa uma inteligência composta” (p. 92); ou seja, encontra-se no âmbito do juízo. Já as sílabas não têm qualquer significação se tomadas separadamente do nome ou do verbo: “As sílabas são vozes, mas não são vozes significantes por si” (p. 95).

A oração é um instrumento da razão, assim como voz significativa objetiva significa uma concepção do intelecto. Nem toda oração é significativa, mas apenas aquela em que há o verdadeiro e o falso. Ademais, entre as cinco espécies de oração (enunciativa, deprecativa, imperativa, interrogativa e vocativa),

somente na primeira se encontra o verdadeiro ou o falso.

A obra também revela o quanto a linguagem está intrinsecamente ligada à metafísica. Com efeito, comenta o Aquinate: “Porque o ente e o uno se convertem, é necessário que, como toda coisa, assim também toda enunciação seja, de alguma maneira, una” (p. 102). Além disso, a enunciação afirmativa é anterior à negativa porque é mais simples (a negativa acrescenta um “não”). Nesse sentido, a divisão também é posterior à composição.

Outro tema metafísico considera sobre a distinção entre universal e singular: “O universal é o que naturalmente é capaz de ser predicado de muitos, porém o singular é o que não é naturalmente capaz de ser predicado de muitos, mas de um só” (p. 121).

A obra discute ainda a oposição entre proposições universais e particulares (quadrado das oposições); como apenas uma negação se opõe à afirmação; a verdade e a falsidade nas proposições singulares sobre o futuro em matéria contingente.

Em última análise, a temática da linguagem na Escolástica ainda é um tema a ser bastante explorado, cujas intuições poderão ser muito úteis para novos desdobramentos nessa área tão atraente e ao mesmo tempo tão profunda. Que essa tradução anime os autores de língua portuguesa a navegar por essas águas.

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)

FERONE, Francesco. *I doveri e i diritti dell'Avvocato dopo il Motu Proprio 'Mitis Iudex Dominus Iesus'*. Con particolare riferimento alla Chiesa che è in Italia. Roma: Angelicum University Press, 2021, 402p. ISBN: 978-88-99616-21-2.

Il M.P. *Mitis Iudex Dominus Iesus* del 15 agosto 2015, con il quale è stato riformato il processo per la dichiarazione di nullità di matrimonio, costituisce, incontestabilmente e al di là della legittima diversità d'opinione, per la Chiesa Cattolica, una pagina di grande portata storica e pastorale, fautrice di significativi cambiamenti, che ha dato compimento, nel campo dell'amministrazione della giustizia ecclesiastica, a quell'efficace immagine

della Chiesa, proposta dal Santo Padre Francesco, alla stregua di un ospedale da campo dopo una battaglia, capace di curare le ferite e di riscaldare il cuore dei fedeli (cf. FRANCESCO, *La mia porta è sempre aperta. Una conversazione con Antonio Spadaro*, Milano 2013, p. 58).

Nel contesto ecclesiale italiano, in particolare, tale riforma ha portato i Vescovi diocesani a riscoprire il loro compito di giudici. Per più di qualcuno, questo ha comportato una profonda